

# Filosofia da História

2016

Daniel Little\*

Tradução por Thomas Victor Conti\*\*

## AGRADECIMENTO

O texto que se segue é uma tradução do verbete escrito pelo Prof. Dr. Daniel Little sobre Filosofia da História na Enciclopédia Stanford de Filosofia. A tradução segue a versão do verbete nos arquivos da SEP em [<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/history>]. Esta versão traduzida pode ser diferente da versão atual do verbete, que passa por novas revisões e atualizações ao longo do tempo. A versão mais recente está localizada em [<http://plato.stanford.edu/entries/history>]. Gostaria de agradecer o autor Daniel Little por autorizar meu trabalho de tradução e a divulgação do texto. Agradeço também Edward Zalta e o corpo editorial da Enciclopédia Stanford de Filosofia por concederem a permissão de traduzir e publicar este verbete na internet e o submeterem ao escrutínio de uma revisão. Agradeço o generoso, cuidadoso e excelente trabalho de revisão realizado por Plínio Smith, que foi indispensável para que esta tradução fosse disponibilizada com a qualidade que acabou atingindo. Por fim, agradeço à CAPES pelo apoio institucional mediante minha bolsa de doutorado.

## CITAÇÃO ABNT DESTA TRADUÇÃO

LITTLE, D. Filosofia da História. Tradução por Thomas Victor Conti. *In*: ZALTA, E. N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Winter 2016 ed. [s.l.] Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2016. URL < <https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/history> >.

---

\* Daniel Little é professor de filosofia na Universidade de Michigan em Dearborn e professor de sociologia na Universidade de Michigan em Ann Arbor. É pesquisador associado do Institute for Social Research e do Center for Chinese Studies na Universidade de Michigan.

\*\* Doutorando em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp na área de História Econômica. E-mail: [thomasvconti@gmail.com](mailto:thomasvconti@gmail.com). Site: [www.thomasvconti.com.br](http://www.thomasvconti.com.br).

## INTRODUÇÃO

O conceito de história desempenha um papel fundamental no pensamento humano. Ele evoca as noções de agência humana, mudança, o papel das circunstâncias materiais nos assuntos humanos e o suposto significado de eventos históricos. Ele levanta a possibilidade de “aprender com a história”. E sugere a possibilidade de entendermos melhor a nós mesmos no presente ao entendermos as forças, escolhas e circunstâncias que nos trouxeram à presente situação. É, portanto, pouco surpreendente que filósofos às vezes tenham voltado sua atenção para os esforços de examinar a própria história e a natureza do conhecimento histórico. Essas reflexões podem ser agrupadas em um conjunto de trabalho chamado “filosofia da história”. Esse trabalho é heterogêneo, envolvendo análises e argumentos de idealistas, positivistas, lógicos, teólogos e outros, e se movendo de um lado para outro das fronteiras entre a filosofia europeia e anglo-americana e entre a hermenêutica e o positivismo.

Dada a pluralidade de vozes dentro da “filosofia da história”, é impossível dar uma definição do campo que seja adequada a todas essas abordagens. De fato, é enganador imaginar que nós nos referimos a uma única tradição filosófica quando invocamos a frase “filosofia da história”, porque as vertentes de pesquisa caracterizadas aqui raramente se engajam em diálogos umas com as outras. Ainda assim, podemos pensar de maneira útil que os escritos de filósofos sobre a história aglomeram-se em torno de diversas grandes questões, envolvendo metafísica, hermenêutica, epistemologia e historicismo: (1) A história consiste de quê – de ações individuais, estruturas sociais, períodos e regiões, civilizações, grandes processos causais, intervenção divina? (2) A história como um todo tem significado, estrutura ou direção, além dos eventos e ações individuais que a compõem? (3) O que está envolvido em nosso conhecer, representar e explicar a história? (4) Até que ponto a história humana é constitutiva do presente humano?

## SUMÁRIO

Agradecimento .....	1
Citação ABNT desta tradução.....	1
Introdução .....	2
1. A História e sua representação .....	4
1.1 Atores e causas na história .....	6
1.2 A escala na história .....	8
2. Filosofia continental da história .....	9
2.1 Natureza humana universal ou histórica? .....	9
2.2 A história possui direcionalidade? .....	10
2.3 A filosofia da história de Hegel .....	12
2.4 Abordagens hermenêuticas da história .....	13
2.5 Filosofia conceitual da história .....	15
3. Filosofia anglo-americana da história .....	17
3.1 Leis gerais na história?.....	19
3.2 Objetividade histórica .....	20
3.3 Causalidade na história .....	22
3.4 Tópicos recentes na filosofia da história.....	23
4. Historiografia e a filosofia da história.....	25
5. Tópicos a partir dos historiadores .....	28
6. Repensando a filosofia da história .....	29
Bibliografia .....	31
Ferramentas Acadêmicas (em inglês) .....	38
Outros Recursos na Internet (em inglês).....	38
Verbetes Relacionados (em inglês).....	38
Agradecimentos originais do autor .....	38

## 1. A HISTÓRIA E SUA REPRESENTAÇÃO

Quais são as tarefas intelectuais que definem o trabalho do historiador? Em certo sentido, essa questão é mais bem respondida com base em uma leitura cuidadosa de alguns bons historiadores. Mas será útil oferecer diversas respostas simples para essa questão fundante, como um tipo de mapa conceitual da natureza do saber histórico.

Primeiro, os historiadores estão interessados em prover conceituações e descrições factuais de eventos e circunstâncias no passado. Esse esforço é uma resposta a perguntas como estas: “O que aconteceu? Como foi? Quais foram algumas das circunstâncias e acontecimentos que ocorreram durante esse período no passado?” Às vezes isso significa simplesmente reconstruir uma história complicada a partir de fontes históricas dispersas – por exemplo, ao construir a narrativa da Guerra Civil Espanhola ou tentar organizar a série de eventos que culminaram nas manifestações/revoltas da corrida de Detroit de 1967. Mas, às vezes, isso significa se engajar em um trabalho conceitual importante para chegar a um vocabulário com o qual caracterizar “o que aconteceu”. Sobre as desordens de 1967 em Detroit: foi uma manifestação ou uma revolta? Como os participantes e contemporâneos pensaram sobre isso?

Segundo, os historiadores frequentemente querem responder perguntas “por que”: “Por que esse evento ocorreu? Quais foram as condições e forças que o produziram?” Esse conjunto de questões convida o historiador a fornecer uma explicação do evento ou padrão que ele ou ela descreve: a ascensão do fascismo na Espanha, o colapso do Império Otomano, a grande crise financeira global de 2008. E fornecer uma explicação exige, da maneira mais básica, um relato dos mecanismos causais, circunstâncias de fundo e escolhas humanas que produziram esse resultado. Explicamos um resultado histórico quando identificamos as causas, forças e ações sociais que o produziram ou que o tornaram mais provável.

Terceiro, e relacionado com a ideia anterior, os historiadores às vezes se interessam em responder questões “como”: “Como esse evento veio a acontecer? Quais foram os processos pelos quais esse resultado ocorreu?” Como o Exército Prussiano foi bem-sucedido em derrotar o superior Exército Francês em 1870? Como Truman conseguiu derrotar Dewen nas eleições de 1948 dos EUA? Aqui o interesse pragmático do relato do historiador deriva da improbabilidade antecedente do evento em questão: como foi possível esse resultado? Isso também é uma explicação, mas é uma resposta para uma pergunta de “como é possível” em vez de uma questão “por que é necessário”.

Quarto, os historiadores muitas vezes estão interessados em juntar os significados e intenções humanas que subjazem a uma dada série complexa de ações históricas. Eles querem ajudar o leitor a dar sentido aos eventos e ações históricos, em termos dos pensamentos, motivos e estados mentais dos seus participantes. Por exemplo: por que Napoleão

III provocou descuidadamente uma guerra com a Prússia em 1870? Por que a junta ditatorial birmanesa foi tão intransigente no seu tratamento do ativista democrata Aung San Suu Kyi? Por que as cidades do norte dos Estados Unidos desenvolveram padrões tão profundos de segregação racial após a Segunda Guerra Mundial? Respostas a perguntas como essas exigem interpretação das ações, significados e intenções – de atores individuais e culturas que caracterizam populações inteiras. Esse aspecto do pensar histórico é “hermenêutico”, interpretativo e etnográfico.

E, é claro, o historiador se depara com uma tarefa intelectual ainda mais básica: a de descobrir e dar sentido à informação arquivada que existe sobre um dado evento ou tempo no passado. Dados históricos não falam por si mesmos; arquivos são incompletos, ambíguos, contraditórios e confusos. O historiador precisa interpretar peças individuais de provas; e ele ou ela tem de ser capaz de encontrar uma forma de encaixar a massa de provas em uma história coerente e verdadeira. Assim, eventos complexos como a Guerra Civil Espanhola expõem ao historiador um oceano de traços históricos em repositórios e arquivos por todo o mundo; essas coleções às vezes refletem esforços específicos de acobertamento pelos poderosos (por exemplo, os esforços de Franco para esconder todas as provas dos assassinatos em massa contra Republicanos após o fim do conflito); e a tarefa do historiador é encontrar modos de usar esse conjunto de provas para discernir alguma verdade sobre o passado.

Em suma, os historiadores conceituam, descrevem, contextualizam, explicam e interpretam eventos e circunstâncias do passado. Eles delineiam maneiras de representar as atividades e eventos complexos do passado; explicam e interpretam resultados significativos; e baseiam suas descobertas em provas do presente que iluminam fatos do passado. Seus relatos devem ser baseados nas provas dos registros históricos disponíveis; suas explicações e interpretações exigem que o historiador chegue a hipóteses sobre causas sociais e significados culturais. Os historiadores podem se voltar para as melhores teorias disponíveis nas ciências sociais e comportamentais para chegar a teorias sobre os mecanismos causais e o comportamento humano; assim, afirmações históricas dependem em última análise da investigação factual e do raciocínio teórico. No final das contas, a tarefa do historiador é lançar luz sobre os ‘quês’, ‘por quês’, e ‘comos’ do passado, baseados em inferências a partir das provas do presente.

Duas questões preliminares são relevantes para quase todas as discussões de história e da filosofia da história. Essas são questões que lidam com a constituição da história e os níveis nos quais escolhemos caracterizar eventos e processos históricos. A primeira questão diz respeito à relação entre atores e causas na história: a história é uma sequência de relações causais ou o resultado de uma série interligada de ações humanas? A segunda questão diz respeito ao problema da escala dos processos históricos no tempo e no espaço: como os historiadores deveriam buscar reconciliar as micro-, meso-, e macro-perspectivas da

história? Ambas as questões podem ser ilustradas na história da França. Deveríamos imaginar que a França é o resultado final de um número de causas maiores no seu passado – o colapso da ordem Romana no seu território, os êxitos militares de Carlos Magno, a ocorrência da Revolução Francesa e a derrota na Guerra Franco-Prussiana? Ou deveríamos reconhecer que a França em algum ponto do tempo foi o objeto de ação e disputa entre indivíduos, grupos e organizações, e que a interação de atores estratégicos é uma maneira mais fértil de pensar sobre a história francesa do que a ideia de uma série de eventos causais? A escala é igualmente controversa. Deveríamos pensar na França como uma única região abrangente ou como a aglomeração de regiões e culturas separadas com suas próprias dinâmicas históricas (Alsácia, Bretanha, Borgonha)? Além disso, é útil considerar a longa expansão da atividade humana no território do que agora é a França ou os historiadores estão mais bem aconselhados a focar sua atenção em períodos menores de tempo? As próximas duas seções consideram brevemente essas questões.

### *1.1 Atores e causas na história*

Um problema importante para a filosofia da história é como conceituar a própria “história”. A história é objeto de interesse por conta das relações causais objetivas que existem entre eventos e estruturas históricas como o Estado Absolutista ou o Império Romano? Ou a história é um aglomerado de ações e estruturas mentais de uma miríade de indivíduos, grandes e pequenos?

Os historiadores frequentemente colocam questões como estas: “Quais foram algumas das causas da queda de Roma?”, “quais foram as causas da ascensão do fascismo?” ou “quais foram as causas da Revolução Industrial?”. Mas e se a realidade da história é significativamente diferente do que é implicado por essa abordagem? E se as causas de alguns eventos históricos grandes e significativos são elas mesmas pequenas, granulares, graduais e cumulativas? E se não há nenhuma resposta satisfatoriamente simples e de alto-nível para a questão de por que Roma caiu? E se, em vez disso, o melhor que podemos fazer em alguns desses casos é identificar um enxame de processos e contingências independentes e de pequena escala que finalmente produziram o grande resultado de interesse?

Mais radicalmente, vale a pena considerar se essa maneira de pensar a história como uma série de causas e efeitos é até remotamente adequada para o seu assunto. E se pensarmos que a linguagem de causas estáticas não funciona particularmente bem no contexto da história? E se levarmos a sério a ideia de que a história é o resultado das ações e pensamentos de um vasto número de atores, de modo que a história seja um fluxo de ação e conhecimento em vez de uma sequência de causas e efeitos? E se acreditarmos que há uma quantidade avassaladora de contingências e dependências de trajetória na história? Essas concepções alternativas da

história sugerem que precisamos fazer perguntas diferentes sobre grandes mudanças históricas?

Aqui uma maneira alternativa de pensar a história: podemos focar na história como um conjunto de condições e processos sociais que constroem e propõem ações, em vez de um conjunto discreto de causas e efeitos. Poderíamos conceber explicações históricas em termos de como atores individuais (pequenos e grandes) agiram no contexto dessas condições e poderíamos interpretar os resultados grandes como não mais que a reunião desses incontáveis atores e suas ações. Essa abordagem ajudaria a nos inocular contra o erro da reificação de estruturas, períodos ou forças históricas, em favor de uma concepção mais desagregada de múltiplos atores e condições mutáveis de ação.

Essa orientação traz consigo a importância de analisar de perto o ambiente social e natural no qual os atores formam suas escolhas. Nosso relato do fluxo da ação humana que leva à mudança histórica inescapavelmente precisa levar em conta o ambiente institucional e situacional no qual essas ações ocorrem. Parte da topografia de um período de mudança histórica é o conjunto de instituições que existem mais ou menos estavelmente no período: relações de propriedade, instituições políticas, estruturas familiares, práticas educacionais, valores religiosos e morais. Assim, explicações históricas precisam ser sofisticadas no seu tratamento de instituições e práticas. Essa abordagem dá uma base para julgar que tal e tal circunstância “causou” uma dada mudança histórica, mas também fornece um entendimento da maneira pela qual esse tipo de causa histórica é corporificada e veiculada – por meio das ações e pensamentos de indivíduos em resposta a dadas circunstâncias naturais e sociais.

As circunstâncias sociais podem ser tanto inibidoras como habilitadoras; elas constituem o ambiente dentro do qual indivíduos planejam e agem. É uma circunstância importante que um dado período no tempo possua um fundo de conhecimento científico e técnico, um conjunto de relações sociais de poder e um nível de produtividade material. Também é uma circunstância importante que o conhecimento seja limitado, que a coerção exista e que os recursos sejam limitados. Dentro dessas oportunidades e limitações, indivíduos, de líderes a pessoas comuns, fazem suas vidas e ambições por meio da ação.

O que tudo isso sugere é uma maneira alternativa de pensar a história que tem uma estrutura diferente da ideia de história como uma corrente de causas e efeitos, estruturas e eventos. Essa abordagem pode ser chamada “história centrada em atores”: explicamos uma época quando temos um relato do que as pessoas pensavam e acreditavam, o que elas queriam e quais condições sociais e ambientais moldavam suas escolhas. É uma concepção da história que dá atenção próxima aos estados de conhecimento, ideologia e agência, assim como a instituições, organizações e estruturas, e que dá menos prioridade para a estrutura de causa e efeito.

## *1.2 A escala na história*

Fazer história nos força a fazer escolhas sobre a escala da história com a qual estamos preocupados. Suponha que estamos interessados na história asiática. Estamos preocupados com a Ásia como um continente, com a China ou com a Província de Shadong? Ou, em termos históricos, estamos preocupados com toda a Revolução Chinesa, a área base de Yenan ou com a experiência específica de um punhado de vilarejos em Shandong durante a década de 1940? E dada a fundamental heterogeneidade da vida social, a escolha da escala faz uma grande diferença nas descobertas.

Os historiadores diferem fundamentalmente sobre as decisões que tomam sobre a escala. William Hinton fornece o que é quase uma descrição mês-a-mês da Revolução Chinesa no vilarejo Fanshen – uma coleção de umas poucas centenas de famílias (Hinton, 1966). O livro cobre uns poucos anos e os eventos de umas poucas centenas de pessoas. Similarmente, Emmanuel Le Roy Ladurie oferece um tratamento profundo dos aldeões de Montaillou; de novo, um único vilarejo e um tempo limitado (Le Roy Ladurie, 1979). William Cronon fornece um relato focado e detalhado do desenvolvimento de Chicago como uma metrópole para o centro dos Estados Unidos (Cronon, 1991). Essas histórias são limitadas no tempo e espaço e podem apropriadamente serem chamadas de “micro-história”.

Do outro lado do espectro da escala, William McNeill fornece uma história das doenças do mundo (McNeill, 1976), Massimo Livi-Bacci oferece uma história da população mundial (Livi-Bacci, 2007) e De Vries e Goudsblom fornecem uma história ambiental do mundo (Goudsblom & De Vries, 2002). Em cada um desses casos, o historiador escolheu uma escala que engloba virtualmente todo o globo sobre milênios de tempo. Essas histórias podem certamente serem chamadas de “macro-história”.

Tanto micro- como macro-histórias têm limitações importantes. A micro-história nos deixa com a questão, “como esse vilarejo particular ilumina qualquer coisa maior?”. E a macro-história nos deixa a questão, “como essas grandes afirmações sobre causalidade realmente operam no contexto do Canadá ou Sichuan?”. A primeira corre o risco de ser tão particular a ponto de perder todo o interesse, enquanto a segunda corre o risco de ser tão geral a ponto de perder toda a relevância empírica para processos históricos reais.

Há uma terceira opção disponível para o historiador que trata de ambos os pontos. Essa é a escolha de uma escala que englobe tempo e espaço suficientes para ser genuinamente interessante e importante, mas não tanto para deixar de ser uma análise válida. Esse nível de escala pode ser regional – por exemplo, a análise por G. William Skinner das macro-regiões da China (Skinner, 1977). Ela pode ser nacional – por exemplo, uma história social e política da Indonésia. E pode ser supra-nacional – por exemplo, uma história econômica da Europa Ocidental ou um



tratamento comparativo da história Eurasiana. O ponto chave é que historiadores nessa banda intermediária estão livres para escolher a escala da análise que parece permitir o melhor nível de conceituação da história, dadas as provas que estão disponíveis e os processos sociais que parecem estar operando. E essa escala intermediária permite que o historiador faça julgamentos substantivos sobre o “alcance” dos processos sociais que provavelmente desempenham um papel causal na história que precisa ser contada. Esse nível de análise pode ser referido como “meso-história” e parece oferecer uma mistura ideal de especificidade e generalidade.

## 2. FILOSOFIA CONTINENTAL DA HISTÓRIA

O tópico da história foi frequentemente tratado na filosofia europeia moderna. Uma longa tradição de pensamento, majoritariamente alemã, olha para a história como um processo total e abrangente de eventos, estruturas e processos, para os quais a filosofia da história pode servir como uma ferramenta interpretativa. Essa abordagem, especulativa e meta-histórica, almeja discernir padrões e direções grandes e extensos no desenrolar da história humana, persistentes apesar do ir e vir errático de desenvolvimentos históricos particulares. Filósofos modernos que levantaram esse conjunto de questões sobre as grandes direções e significados da história incluem Vico, Herder e Hegel. Uma linha de pensamento algo diferente na tradição continental que tem sido muito relevante para a filosofia da história é a tradição hermenêutica das ciências humanas. Mediante sua ênfase no “círculo hermenêutico” pelo qual humanos buscam entender os significados criados por outros humanos – em textos, símbolos e ações – filósofos hermenêuticos como Schleiermacher (1838), Dilthey (1860-1903) e Ricoeur (2000) oferecem argumentos filosóficos para enfatizar a importância da interpretação narrativa dentro do nosso entendimento da história.

### 2.1 *Natureza humana universal ou histórica?*

Os seres humanos fazem a história, mas qual é a natureza fundamental do ser humano? Há uma “natureza humana” fundamental ou as características mais básicas da humanidade são historicamente condicionadas (Mandelbaum, 1971)? Pode o estudo da história lançar luz sobre essa questão? Quando estudamos épocas históricas diferentes, aprendemos algo sobre seres humanos imutáveis – ou aprendemos sobre diferenças fundamentais de motivação, raciocínio, desejo e coletividade? É a humanidade um produto histórico? A obra de Giambattista Vico, *New Science* (1725), ofereceu uma interpretação da história que acionava a ideia de uma natureza humana universal e uma história universal (ver Berlin (2000) para comentários). A interpretação de Vico da história da civilização oferece a concepção de que há uma uniformidade subjacente à natureza humana através de configurações históricas que permite a explicação de ações e processos históricos. As características comuns da

natureza humana causam uma série fixa de estágios de desenvolvimento da sociedade civil, da lei, do comércio e do governo: seres humanos universais, diante de desafios civilizacionais recorrentes, produzem o mesmo conjunto de respostas ao longo do tempo. Vale a pena notar duas coisas sobre essa perspectiva da história: primeiro, que ela simplifica a tarefa de interpretar e explicar a história (porque podemos tomar como dado que podemos entender os sujeitos do passado baseados nas nossas próprias experiências e natureza); e segundo, ela tem um herdeiro intelectual na teoria das ciências sociais do século XX na forma da teoria da escolha racional como uma base para uma explicação social abrangente.

Johann Gottfried Herder oferece uma visão surpreendentemente diferente sobre a natureza humana e sobre as ideias e motivações humanas. Herder argumenta em favor da contextualização histórica da natureza humana na sua obra, *Ideas for the Philosophy of History of Humanity* (1791). Ele oferece um entendimento historicizado da natureza humana, advogando a ideia de que a natureza humana é ela mesma um produto histórico e de que seres humanos agem diferentemente em diferentes períodos do desenvolvimento histórico (1800-1877, 1791). As concepções de Herder prepararam o palco para a filosofia historicista da natureza humana encontrada depois em figuras do século XIX tais como Hegel e Nietzsche. Sua perspectiva também prefigura uma importante corrente de pensamento do final do século XX sobre o mundo social, a ideia da “construção social” da natureza humana e das identidades sociais (Anderson 1983, Hacking 1999, Foucault 1971).

## *2.2 A história possui direcionalidade?*

Filósofos têm levantado questões sobre o significado e a estrutura da totalidade da história humana. Alguns filósofos buscaram descobrir um grande tema, significado ou direção organizadores na história humana. Isso pode tomar a forma de um esforço para demonstrar como a história representa uma ordem divina, revela um grande padrão (cíclico, teológico, progressivo) ou encena um tema importante (por exemplo, a concepção de Hegel da história como o desenrolar da liberdade humana, discutida abaixo). Em cada caso, a ambição é demonstrar que a contingência e arbitrariedade aparentes dos eventos históricos podem estar relacionadas a um propósito ou ordem subjacente mais fundamental.

Essa abordagem da história pode ser descrita como hermenêutica, mas enfoca mais a interpretação de grandes atributos históricos do que a interpretação de significados e ações individuais. Com efeito, ela trata o devir da história como um texto complicado e emaranhado, no qual o intérprete atribui significados a alguns elementos da narrativa com o objetivo de encaixar esses elementos nos grandes temas e motivos da narrativa. (Ranke defende essa ideia explicitamente (1881).)

Uma tendência recorrente nessa abordagem da filosofia da história cai

na área da teodiceia ou escatologia: tentativas religiosamente inspiradas de encontrar significado e estrutura na história ao relacionar o passado e o presente com algum plano específico e divinamente ordenado. Teólogos e pensadores religiosos tentaram encontrar significado em eventos históricos como expressões da vontade divina. Uma razão pelo interesse teológico nessa questão é o problema do mal; assim a *Theodicy* de Leibniz tenta fornecer uma interpretação lógica da história que torna as tragédias da história compatíveis com uma vontade benevolente de Deus (1709). No século XX, teólogos como Maritain (1957), Rust (1947) e Dawson (1929) fizeram esforços sistemáticos para fornecer interpretações cristãs da história.

Pensadores iluministas rejeitaram a interpretação religiosa da história, mas introduziram sua própria teleologia, a ideia do progresso – a ideia de que a humanidade está se movendo na direção de uma civilização melhor e mais perfeita e de que essa progressão pode ser testemunhada por meio do estudo da história da civilização (Condorcet 1795; Montesquieu 1748). A filosofia da história de Vico busca identificar uma série de estágios fundadores da civilização humana. Diferentes civilizações passam pelos mesmos estágios, porque a natureza humana é constante ao longo da história (Pompa, 1990). Rousseau (1762a; 1762b) e Kant (1784-5; 1784-6) introduziram alguns desses pressupostos sobre a racionalidade e progresso em suas filosofias políticas, e Adam Smith incorpora parte desse otimismo sobre os efeitos progressivos da racionalidade em seu relato do desdobramento do moderno sistema econômico europeu (1766). Esse esforço para derivar uma série fixa de estágios como uma ferramenta de interpretação da história da civilização é repetido ao longo dos séculos XVIII e XIX e encontra expressão na filosofia de Hegel (discutida abaixo), assim como na teoria materialista do desenvolvimento dos modos econômicos de produção de Marx (Marx e Engels 1845-49; Marx e Engels 1848).

O esforço para encontrar direcionalidade ou estágios na história encontrou uma nova expressão no começo do século XX, nas mãos de diversos “meta-historiadores”, os quais buscaram fornecer uma macro-interpretação que trouxesse ordem à história mundial: Spengler, Toynbee, Wittfogel, Lattimore. Esses autores ofereceram uma leitura da história mundial em termos da ascensão e queda de civilizações, raças ou culturas. Seus escritos não eram primariamente inspirados por teorias filosóficas ou teológicas, mas também não eram trabalhos de erudição histórica primária. Spengler e Toynbee retrataram a história humana como um processo coerente no qual civilizações passam através de estágios específicos de juventude, maturidade e velhice. Wittfogel e Lattimore interpretaram as civilizações asiáticas em termos de grandes fatores determinantes. Wittfogel contrasta a história da China com aquela da Europa ao caracterizar a civilização chinesa como um “despotismo hidráulico”, com a concomitante consequência que a história da China era cíclica em vez de direcional. Lattimore aplica a chave do determinismo

geográfico e ecológico ao desenvolvimento da civilização asiática (Rowe, 2007).

Uma crítica legítima de muitos esforços para oferecer uma interpretação do devir da história é a concepção de que eles buscam significado onde nenhum pode existir. A interpretação de ações individuais e de histórias de vida é inteligível porque podemos fundamentar nossas atribuições de significado em uma teoria da pessoa individual como possuindo e criando significados. Mas não existe um super-agente que está por trás de eventos históricos – por exemplo, a Revolução Francesa –, portanto é um erro categorial tentar encontrar o significado das características do evento (por ex., o Terror). A abordagem teológica pretende se esquivar dessa crítica ao atribuir a agência a Deus como o autor da história, mas o pressuposto de que há um autor divino da história tira o fazer da história das mãos da humanidade.

Esforços para discernir grandes estágios na história como os de Vico, Spengler ou Toynbee são vulneráveis a críticas diferentes baseadas em suas interpretações mono-causais da completa complexidade da história humana. Esses autores identificam um único fator que é pensado como o motor da história: uma natureza humana universal (Vico) ou um conjunto comum de desafios civilizacionais (Spengler, Toynbee). Mas suas hipóteses precisam ser avaliadas com base nos dados históricos concretos. E os dados empíricos sobre as grandes características da mudança histórica ao longo dos últimos três milênios oferecem pouco apoio à ideia de um processo fixo de desenvolvimento civilizacional. Em vez disso, a história humana, em virtualmente qualquer escala, parece incorporar um elevado grau de contingência e múltiplas trajetórias de desenvolvimento. Isso não é dizer que não há nenhuma interpretação crível de “grande história” disponível para a história e sociedade humanas. Por exemplo, a sociologia das primeiras civilizações agrárias de Michael Mann (1986), os esforços de De Vries e Goudsblom em uma história ambiental global (2002), e o tratamento da doença e guerra de Jared Diamond (1997) oferecem exemplos de acadêmicos que tentam explicar algumas grandes características da história humana com base em poucas circunstâncias humanas comuns: os esforços dos Estados de coletar receitas, a necessidade de comunidades humanas de explorarem recursos ou a transmissão global de doenças. O desafio para a macro-história é preservar a disciplina da avaliação empírica para as grandes hipóteses que são propostas.

### *2.3 A filosofia da história de Hegel*

A filosofia da história de Hegel talvez seja a mais completamente desenvolvida teoria filosófica da história que tenta descobrir significado ou direção na história (1824a, 1824b, 1857). Hegel considera a história como um processo inteligível movendo-se rumo a uma condição específica – a realização da liberdade humana. “A questão é, portanto, o

fim último da humanidade, o fim que o espírito coloca para si mesmo no mundo” (1857: 63). Hegel incorpora um historicismo mais profundo em suas teorias filosóficas do que seus predecessores ou sucessores. Ele considera como íntima a relação entre a história “objetiva” e o desenvolvimento subjetivo da consciência individual (“espírito”). Essa é uma tese central na sua *Phenomenology of Spirit* (1807). É ele a vê como uma tarefa central da filosofia para compreender seu lugar no desenrolar da história. “A história é o processo pelo qual o espírito descobre a si mesmo e seu próprio conceito” (1857: 62). Hegel constrói a história mundial em uma narrativa de estágios da liberdade humana, da liberdade pública da *pólis* e da cidadania da República Romana à liberdade individual da Reforma Protestante, à liberdade cívica do Estado Moderno. Ele tenta incorporar as civilizações da Índia e da China no seu entendimento da história mundial, embora considere essas civilizações como estáticas e, portanto, pré-históricas (O’Brien, 1975). Ele constrói momentos específicos como eventos “histórico-mundiais” que estavam no processo de produzir o estágio final e completo da história e da liberdade humana. Por exemplo, a conquista de Napoleão de grande parte da Europa é retratada como um evento histórico-mundial fazendo o trabalho da história ao estabelecer os termos do Estado racional burocrático. Hegel encontra razão na história, mas é uma razão latente e uma razão que somente pode ser compreendida quando a completude do trabalho da história for terminada: “Quando a filosofia pinta o seu cinza no cinza, então uma forma da vida envelheceu... A coruja de Minerva alça voo apenas com o cair do crepúsculo” ((Hegel 1821:13). (Ver O’Brien (1975), Taylor (1975) e Kojève (19769) para análises da filosofia da história de Hegel.)

Vale a pena observar que a filosofia da história de Hegel não é o exercício indefensável do raciocínio filosófico especulativo como filósofos analíticos por vezes a retratam. Sua abordagem filosófica não se baseia apenas no raciocínio fundacional *a priori* e muitas das suas interpretações de desenvolvimentos históricos concretos são muito penetrantes. Em vez disso, ele propõe um encontro “imane” entre a razão filosófica e o dado histórico. Sua prescrição é que o filósofo deveria buscar descobrir o racional dentro do real – não impor o racional sobre o real. “Compreender o que é, essa é a tarefa da filosofia, porque o que é, é razão” (1821: 11). Sua abordagem não é nem puramente filosófica nem puramente empírica; em vez disso, ele busca descobrir dentro do melhor conhecimento histórico do seu tempo um princípio racional subjacente que possa ser filosoficamente articulado (Avineri 1972).

## 2.4 Abordagens hermenêuticas da história

Outra vertente importante da filosofia continental da história propõe aplicar a hermenêutica aos problemas de interpretação histórica. Essa abordagem enfoca o significado das ações e intenções de indivíduos

históricos em vez de totalidades históricas. Essa tradição deriva da tradição escolástica de interpretação Bíblica. Acadêmicos hermenêuticos enfatizaram o núcleo linguístico e simbólico das interações humanas e sustentavam que as técnicas que haviam sido criadas com o propósito de interpretar textos também poderiam ser empregadas para interpretar ações e produtos humanos simbólicos. Wilhelm Dilthey sustentou que as ciências humanas eram inerentemente distintas das ciências naturais na medida em que as primeiras dependem do entendimento de ações humanas significativas, enquanto as segundas dependem da explicação causal de eventos não-intencionais (1883, 1860-1903, 1910). A vida humana é estruturada e levada por meio de ações com significado e expressões simbólicas. Dilthey sustenta que as ferramentas intelectuais da hermenêutica – a interpretação de textos significativos – são adequadas para a interpretação da ação e história humanas. O método de *verstehen* (entendimento) torna essa abordagem uma metodologia; ele convida o pensador a se engajar em uma construção ativa dos significados e intenções dos sujeitos a partir do ponto de vista deles (Outhwaite 1975). Essa linha de interpretação da história humana encontrou expressão nos escritos filosóficos de Heidegger, Gadamer, Ricoeur e Foucault. Essa tradição aborda a filosofia da história a partir da perspectiva do significado e da linguagem. Ela argumenta que o conhecimento histórico depende da interpretação de ações e práticas humanas significativas. Historiadores deveriam acessar eventos e ações históricas para descobrir as interconexões de significado e interação simbólica que as ações humanas criaram (Sherratt 2006).

A tradição hermenêutica teve uma importante nova virada no meio do século XX, conforme filósofos tentaram dar sentido a desenvolvimentos históricos modernos incluindo a guerra, o ódio étnico e nacional e o holocausto. Narrativas de progresso não mais eram convincentes após os terríveis eventos da primeira metade do século XX. O foco dessa abordagem pode ser denominado “história como lembrança”. Contribuidores dessa corrente de pensamento emergiram da filosofia europeia do século XX, incluindo o marxismo e o existencialismo, e foram influenciados pela busca por significado no Holocausto. Paul Ricoeur estabelece os paralelos entre memória pessoal, memória cultural e história (2000). Dominick LaCapra traz as ferramentas da teoria da interpretação e da teoria crítica para sustentar seu tratamento da representação do trauma do Holocausto (1994, 1998). Outros enfatizam o papel que histórias populares desempenham na construção e interpretação do “nosso” passado. Esse é um tema que tem sido abordado por historiadores contemporâneos, por exemplo, Michael Kammen no seu tratamento da lembrança pública da Guerra Civil Americana (1991). A memória e a representação do passado desempenham um papel chave na formação de identidades raciais e nacionais; numerosos filósofos do século XX notaram o grau em que a subjetividade e construção que são inerentes nas memórias nacionais representavam na história que um grupo

conta sobre si.

Embora ele próprio não caia nessa linhagem continental, a filosofia da história de R. G. Collingwood cai dentro dos moldes gerais da filosofia hermenêutica da história (1946). Collingwood enfoca a questão de como especificar o conteúdo da história. Ele argumenta que a história é constituída de ações humanas. Ações são o resultado de deliberação e escolhas intencionais, logo historiadores estão aptos a explicar processos históricos “por dentro” como uma reconstrução dos processos de pensamento dos agentes que as fazem acontecer. Ele apresenta a ideia da re-encenação como uma solução para o problema do conhecimento do passado a partir do ponto de vista do presente. O passado é acessível aos historiadores no presente, porque lhes é possível reencenar momentos históricos importante mediante a reconstrução imaginativa dos estados mentais e intenções dos agentes. Ele descreve essa atividade de re-encenação no contexto do problema histórico de entender os significados de Platão como filósofo ou as intenções de César como governante:

Essa re-encenação é realizada apenas, no caso de Platão e César respectivamente, na medida em que o historiador faz residir no problema todos os poderes da sua própria mente e todo o seu conhecimento filosofia e política. Não é uma rendição passiva à magia da mente de outro; é um trabalho de pensamento ativo e, portanto, de pensamento crítico. (Collingwood, 1946: 215).

## *2.5 Filosofia conceitual da história*

O historiador alemão do pós-guerra Reinhart Koselleck fez contribuições importantes para a filosofia da história que são em grande medida independentes das outras fontes da filosofia continental da história mencionadas aqui. (As contribuições de Koselleck são habilmente discutidas em Olsen 2012). Koselleck contribuiu para uma “teoria conceitual e crítica da história” (2002, 2004). Seu maior compêndio, com Brunner e Conze, da história dos conceitos da história no mundo de língua alemã é uma das maiores expressões desse trabalho (Brunner, Conze e Koselleck 1972-97). Koselleck acredita que existam três tarefas para o metahistoriador ou filósofo: identificar os conceitos que são, ou possíveis, ou necessários em caracterizar a história; localizar esses conceitos dentro de um contexto de discursos e conflitos sociais e políticos do período temporal; e avaliar criticamente vários desses conceitos pela sua utilidade na análise histórica.

Exemplos-chave que Koselleck desenvolve incluem “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Exemplos de categorias metahistóricas no registro de Koselleck incluem “capacidade de morrer e capacidade de matar”, “amigo e inimigo”, “dentro e fora” e “mestre e servo”. Koselleck representa essas oposições conceituais como representando condições de possibilidade de qualquer representação da história (Bouton 2016: 178).

Grande parte do trabalho de Koselleck envolve, assim, identificar e descrever vários tipos de conceitos históricos. Para representar a história, é necessário usar um vocabulário que diferencie as coisas sobre as quais necessitamos falar e conceitos históricos permitem essas identificações. Isso por sua vez exige um tratamento tanto conceitual quanto histórico: como os conceitos são entendidos e como mudaram ao longo tempo. Christophe Bouton sintetiza a abordagem de Koselleck nos seguintes termos: “[Ela é] uma investigação das categorias históricas que são usadas em, ou pressupostas pela, experiência da história nos seus diferentes níveis, como eventos, traços e narrativas” (Bouton 2016: 164). Ademais, Bouton argumenta que Koselleck também traz uma perspectiva crítica aos conceitos que ele discute: ele se faz a pergunta da validade (Bouton 2016). Até que ponto estes conceitos específicos funcionam bem para caracterizar a história?

Isso resulta na ideia de que a história é o resultado da conceituação do passado por parte das pessoas que o contam – historiadores profissionais, políticos, partidários e cidadãos comuns. (É interessante notar que a pesquisa de Koselleck nos anos finais da sua carreira focou no significado de monumentos públicos, especificamente memoriais de guerra.) É, portanto, uma tarefa importante, até mesmo crucial investigar os conceitos históricos que foram utilizados para categorizar o passado. Um conceito chave que era de interesse de Koselleck foi a ideia de “modernidade”. Essa abordagem pode parecer cair dentro do campo mais amplo da história intelectual, mas Koselleck e outros expoentes acreditam que conceitos históricos em uso na verdade desempenham um papel também nos desenvolvimentos históricos concretos que ocorrem em um período.

Vale a pena notar que a história entra na noção de Koselleck de *Begriffsgeschichte* por duas vias. Koselleck está preocupado em descobrir a lógica e semântica dos conceitos que foram usados para descrever eventos e processos históricos e está interessado na evolução de alguns desses conceitos ao longo do tempo. (A esse respeito, sua definição da questão se assemelha àquela da assim chamada Escola de Cambridge de Quentin Skinner, John Dunn e J. G. A. Pocock.) Numerosos observadores enfatizam a importância do conflito político no registro de conceitos históricos de Koselleck: conceitos são usados por partidários para definir o campo da batalha sobre valores e lealdades (Pankakoski 2010). De forma mais geral, o objetivo de Koselleck é escavar as camadas de significado que foram associadas com conceitos históricos chave em diferentes períodos históricos. (Whatmore e Young 2015 fornecem registros extensivos e úteis de cada uma das posições mencionadas aqui.)

Pode parecer que a história conceitual tem um pano de fundo kantiano – uma exploração das “categorias” de pensamento unicamente com base nas quais a história é inteligível. Mas essa não parece ser a intenção de Koselleck e sua abordagem não é *a priori*. Em vez disso, ele olha para conceitos históricos em uma faixa de abstração, de eventos relativamente



próximos (a Revolução Francesa) até mais abstratos (mudança revolucionária). Ademais, ele faz uma tentativa rigorosa de descobrir os significados e usos desses conceitos em seus contextos históricos.

O trabalho de Koselleck define um espaço separado dentro do campo da filosofia da história. Ele lida com significados na história, mas não é nem teológico nem hermenêutico. Ele leva a sério a obrigação do historiador de escavar os fatos históricos com rigor escrupuloso, mas não é empirista nem reducionista. Ele enfatiza a dependência da “história” nos recursos conceituais daqueles que viveram a história e que podiam contar a história, mas não é pós-modernista ou relativista. Koselleck fornece um caminho inovador e construtivo de formular o problema do conhecimento histórico.

### 3. FILOSOFIA ANGLO-AMERICANA DA HISTÓRIA

As tradições do empirismo e da filosofia anglo-americana ocasionalmente também dedicaram atenção à história. Filósofos dessa tradição evitaram as questões da filosofia especulativa da história e, em vez disso, levantaram questões sobre a lógica e a epistemologia do conhecimento histórico. Aqui, a questão norteadora é: “Quais são as características lógicas e epistemológicas do conhecimento histórico e da explicação histórica?”

O empirismo de David Hume lançou uma chave dominante para quase toda a filosofia anglo-americana subsequente e esta influência se estende à interpretação do comportamento humano e das ciências humanas. Hume escreveu uma amplamente lida história da Inglaterra (1754-1762). Sua interpretação da história foi baseada na suposição de ações, motivos e causas comuns, sem simpatia por interpretações teológicas do passado. Sua visão filosófica da história tinha como premissa que as explicações do passado podem ser baseadas na suposição de uma natureza humana fixa.

O interesse anglo-americano na filosofia da história foi renovado em meados do século XX com o surgimento da “filosofia analítica da história”. Colaboradores representativos incluem Dray (1957, 1964, 1966), Danto (1965) e Gardiner (1952, 1974). Essa abordagem envolve a aplicação dos métodos e ferramentas da filosofia analítica para os problemas especiais que surgem na busca de explicações históricas e do conhecimento histórico (Gardiner 1952). Aqui, o interesse está nas características do conhecimento histórico: como sabemos dos fatos sobre o passado, o que constitui uma boa explicação histórica, se explicações da história exigem leis gerais e se o conhecimento histórico é subdeterminado pelas provas históricas disponíveis. Os filósofos analíticos enfatizaram o estatuto empírico e científico do conhecimento histórico e tentaram compreender essa afirmação conforme as linhas do estado científico das ciências naturais (Nagel 1961).

Os filósofos na tradição analítica são profundamente céticos sobre o poder da razão não-empírica de chegar a conclusões substantivas sobre a

estrutura do mundo – incluindo a história humana. O raciocínio filosófico por si só não pode ser uma fonte de conhecimento substantivo sobre o mundo natural ou sobre a sequência de eventos, ações, estados, classes, impérios, flagelos e conquistas que chamamos de “história”. Em vez disso, o conhecimento substantivo sobre o mundo pode derivar apenas da investigação empírica e da análise lógica das consequências desses achados. Assim, os filósofos analíticos da história tiveram pouco interesse nas grandes questões sobre o sentido e a estrutura da história considerados acima. Os praticantes da filosofia especulativa da história, por outro lado, estão convencidos do poder do pensamento filosófico de raciocinar por meio de uma compreensão fundamental da história e ficariam impacientes com uma defesa de uma abordagem puramente empírica e conceitual para área.

A *Filosofia da história* de W. H. Walsh ([1951] Walsh 1960), publicado pela primeira vez em 1951 e revisto em 1960, é um esforço bem fundamentado e de mente aberta para fornecer uma apresentação detalhada do campo que atravessa a separação entre a filosofia continental e a analítica. O livro tenta tratar de ambas as grandes questões que conduzem boa parte da filosofia da história: a natureza do conhecimento histórico e a possibilidade de adquirir conhecimento “metafísico” sobre a história. Filósofo de Oxford treinado na filosofia moderna, Walsh foi fortemente influenciado por Collingwood e estava bastante ciente da tradição idealista europeia de pensamento filosófico sobre a história, incluindo Rickert, Dilthey e Croce, tratando dessa tradição com seriedade. Ele traça a distinção entre essas tradições nas linhas da filosofia “crítica” e “especulativa” da história. O objetivo de Walsh para o livro é ambicioso. Ele espera propor um quadro no qual as principais perguntas sobre a história possam ser abordadas, incluindo as duas principais tradições. Ele propõe a ideia que o historiador se depara com uma série de eventos, ações e desenvolvimentos durante um período. Como eles ficam juntos? Walsh denomina o processo cognitivo por meio do qual o historiador encontra sentido em um conjunto de eventos históricos separados de “coligação” – “para localizar um evento histórico em um processo histórico mais amplo nos termos do qual ele faça sentido” (p. 23).

Walsh fundamentalmente aceita a premissa mais básica de Collingwood: que a história diz respeito às ações humanas conscientes. O slogan de Collingwood era que “a história é a ciência da mente” e Walsh parece aceitar grande parte dessa perspectiva. Assim, nesta abordagem, a tarefa intelectual chave do historiador é reconstruir as razões ou motivos que os sujeitos tiveram em vários pontos da história (e, talvez, as condições que os levaram a ter essas razões e motivos). Isso significa que as ferramentas para a interpretação de significados e motivos são cruciais para o historiador – assim como os filósofos hermenêuticos da tradição alemã haviam discutido.

Walsh sugere que o conteúdo filosófico da filosofia da história cai naturalmente em dois tipos diferentes de investigação, paralelos à

distinção entre filosofia da natureza e filosofia da ciência. O primeiro lida com questões metafísicas sobre a realidade da história como um todo; o segundo lida com as questões epistemológicas que surgem na busca e formulação do conhecimento da história. Ele se refere a estas abordagens como os aspectos “especulativos” e “críticos” da filosofia da história. E tenta formular uma visão sobre quais são as questões-chave para cada abordagem. A filosofia especulativa da história pergunta sobre o sentido e a finalidade do processo histórico. A filosofia crítica da história é o que hoje nos referimos como filosofia “analítica” – é para a história o equivalente do que a filosofia da ciência é para a natureza.

### *3.1 Leis gerais na história?*

O filósofo da ciência Carl Hempel estimulou o interesse dos filósofos analíticos pelo conhecimento histórico em seu ensaio “A função das leis gerais na história” (1942). A teoria geral da explicação científica de Hempel considerava que todas as explicações científicas exigem subsunção sob leis gerais. Hempel considerava a explicação histórica como uma aparente exceção ao modelo de cobertura-da-lei<sup>1</sup> e tentou mostrar a adequação do modelo de cobertura-da-lei mesmo a esse caso especial. Ele argumentou que as explicações históricas válidas também devem invocar leis gerais. A abordagem de cobertura-da-lei à explicação histórica foi apoiada por outros filósofos analíticos da ciência, incluindo Ernest Nagel (1961). O ensaio de Hempel provocou uma controvérsia prolongada entre apoiadores, que citaram generalizações sobre o comportamento humano como as leis gerais relevantes, e críticos, que argumentaram que as explicações históricas são mais parecidas com as explicações do comportamento individual baseadas nas interpretações que tornam o resultado compreensível. Discussões especialmente importantes foram oferecidas por William Dray (1957), Michael Scriven (1962), e Alan Donagan (1966). Donagan e outros apontaram para a dificuldade que muitas explicações sociais dependem de regularidades probabilísticas em vez de dependerem de leis universais. Outros, incluindo Scriven, apontaram as características pragmáticas da explicação, sugerindo que os argumentos que não alcançam a validade dedutiva são apesar disso suficientes para “explicar” um dado evento histórico em um dado contexto de crenças. As mais fundamentais das objeções, no entanto, são estas: primeiro, virtualmente não há nenhum bom exemplo de leis universais na história, seja do comportamento humano ou da sucessão de eventos histórico (Donagan 1966: 143-45); e segundo, há outros esquemas convincentes mediante os quais podemos

---

<sup>1</sup> N. do T.: Do inglês, “*covering law model*”. A tradução exata desse termo para o português é difícil. A ideia que ele busca transmitir é a de um modelo explicativo no qual todas as relações causais para serem explicadas precisam necessariamente fazer referência a uma lei geral subjacente.

entender ações e resultados históricos que não envolvem a subsunção a leis gerais (Elster 1989). Estes incluem os processos de raciocínio por meio dos quais nós entendemos ações individuais – análogos aos métodos de *verstehen* e à interpretação do comportamento racional acima mencionada e os processos por meio dos quais podemos identificar encadeamentos causais e mecanismos causais específicos sem invocar leis gerais.

Uma releitura cuidadosa desses debates sobre o modelo de cobertura-da-lei da história sugere que o debate ocorreu em grande medida por conta do pressuposto equivocado da unidade da ciência e o postulado da similaridade lógica reguladora de todas as áreas do raciocínio científico para alguns exemplos claros de explicação em poucas ciências naturais. Essa abordagem era profundamente empobrecida e limitada desde seu início em sua habilidade de colocar questões genuinamente importantes sobre a natureza da história e do conhecimento histórico. A explicação das ações humanas e seus resultados não deveria ser entendida nas linhas de uma explicação de por que radiadores não funcionam quando a temperatura fica abaixo de 0°C. Como Donagan conclui, “é danoso negligenciar a identidade fundamental das ciências sociais com a história e mutilar a pesquisa em assuntos humanos ao remodelar as ciências sociais em uma deformada semelhança com a física” (1966: 157). A insistência em modelos naturalistas para a pesquisa social e história facilmente leva a um pressuposto em favor de um modelo explicativo de cobertura-da-lei, mas esse pressuposto é enganador.

### *3.2 Objetividade histórica*

Outra questão que atraiu atenção significativa entre filósofos analíticos da história é a questão da “objetividade”. É possível que o conhecimento histórico objetivamente represente o passado? Ou as formas de viés, omissão, seleção e interpretação fazem com que todas as representações históricas dependam da perspectiva do historiador individual? O fato de as ações humanas serem guiadas por valores torna impossível que o historiador forneça um registro não-valorativo dessas ações?

Esse tópico divide-se em diversos problemas diferentes, como notado por John Passmore (1966: 76). O mais estudado dentre eles pela filosofia analítica é o da ação social guiada por valores. O segundo é a possibilidade de que as interpretações históricas sejam elas mesmas guiadas por valores – levantando a questão da capacidade de objetividade ou neutralidade do próprio historiador. O intelectual tem a habilidade de investigar o mundo sem considerar os vieses que estão incrustados em suas crenças políticas ou éticas, sua ideologia, ou seus compromissos a uma classe ou grupo social? E o terceiro é a questão da objetividade das próprias circunstâncias históricas. Há uma realidade histórica fixa, independente de formas posteriores de representação dos fatos? Ou é a

história intrinsecamente “construída”, sem nenhuma realidade objetiva independente dos modos pelos quais ela é construída? Há uma realidade correspondente à frase “a Revolução Francesa”, ou há simplesmente um acúmulo de versões escritas da Revolução Francesa?

Há soluções para cada um desses problemas que estão grandemente de acordo com os pressupostos filosóficos da tradição analítica. Primeiro, quanto aos valores: não há dificuldade fundamental em reconciliar a ideia de um pesquisador com um conjunto de valores religiosos, que a despeito disso cuidadosamente retrata os valores de um agente histórico que possui valores radicalmente diferentes. Essa pesquisa pode ser malfeita, é claro, mas ainda assim não há nenhuma barreira epistêmica que torna impossível ao pesquisador examinar o corpo de argumentos, comportamentos e instituições culturais contemporâneas correspondentes ao outro e chegar a uma representação justificada do outro. Não é necessário que alguém compartilhe dos valores ou visão de mundo de um *sans-culotte* para chegar a uma apreciação justificada daqueles valores e visão de mundo. Isso também nos leva à resolução da segunda questão – a possibilidade de neutralidade da parte do pesquisador. O conjunto de valores epistêmicos que imputamos aos cientistas e historiadores incluem o valor da disciplina intelectual e a disposição de submeter suas hipóteses ao teste de fatos recalcitrantes. Mais uma vez, uma revisão da história da ciência e da escrita histórica mostra que esse valor intelectual tem efeito. Há exemplos abundantes de cientistas e historiadores cujas conclusões são guiadas pelo interrogatório que fazem dos dados históricos em vez dos pressupostos ideológicos. A objetividade em busca da verdade é ela mesma um valor e um valor que pode ser seguido.

Por fim, sobre a questão da objetividade do passado: há uma base para dizermos que os eventos ou circunstâncias do passado possuem características objetivas, fixas, que são independentes da nossa representação desses eventos? Há uma realidade independente de representações que subjaz às grandes estruturas históricas, à qual os historiadores comumente se referem (o Império Romano, a Grande Muralha da China, a administração imperial do Imperador Qianlong)? Com cuidado, podemos abrir nosso caminho nesse problema por meio do reconhecimento da distinção entre a objetividade dos eventos, ações e circunstâncias passadas, a objetividade dos fatos contemporâneos que resultaram desses eventos passados e a objetividade e rigidez das grandes entidades históricas. O passado ocorreu precisamente daquela forma – agentes atuaram, secas ocorreram, exércitos foram derrotados, novas tecnologias foram inventadas. Essas ocorrências deixaram traços de graus variados de riqueza informacional e os traços nos dão uma base racional para chegar a crenças sobre as ocorrências do passado. Assim, podemos oferecer uma interpretação não-controvertida da “objetividade do passado”. Entretanto, essa objetividade dos eventos e ocorrências não se estende muito para cima conforme consideramos eventos históricos mais abstratos: a criação da cidade-Estado grega, a invenção da racionalidade

do Iluminismo, a Rebelião de Taiping. Em cada uma dessas instâncias, o referente do substantivo é uma construção interpretativa por agentes históricos e historiadores e uma construção que pode ser desfeita por historiadores futuros. Referir-se à “Rebelião de Taiping” exige um ato de síntese de um grande número de fatos históricos, assim como uma história interpretativa que une esses fatos dessa ou daquela forma. Os fatos subjacentes de comportamento e seus traços históricos permanecem. Mas a junção desses fatos em um evento histórico grande não constitui uma entidade histórica objetiva. Considere a pesquisa nos últimos 20 anos que questiona a existência da “Revolução Industrial”. Nesse debate, o mesmo conjunto de fatos históricos foram construído em um episódio abrupto de mudança qualitativa na tecnologia e produção da Europa Ocidental e, numa interpretação mais recente, essas mudanças foram mais graduais e menos corretamente caracterizadas como uma “revolução” (O’Brien e Keyder 1978). Ou considere o argumento sustentado e detalhado de Arthur Waldron quanto à inexistência da “Grande Muralha da China” tal como essa estrutura é usualmente conceituada (1990).

### *3.3 Causalidade na história*

Um terceiro conjunto de questões importantes recebeu a atenção de filósofos analíticos preocupados com o papel de atribuições causais nas explicações históricas. O que está envolvido ao afirmar que “A Guerra Civil Americana foi causada pelo conflito econômico entre o Norte e o Sul”? A atribuição causal exige a identificação de uma regularidade causal subjacente – por exemplo, “períodos de rápida inflação causam instabilidade política”? Estabelece-se uma causalidade mediante a descoberta de um conjunto de condições necessárias e suficientes? Nós podemos identificar conexões causais entre eventos históricos ao traçar uma série de mecanismos causais ligando um evento ao outro? Este tópico levanta o problema relacionado ao determinismo na história: alguns eventos são inevitáveis diante das circunstâncias? Foi a queda do Império Romano inevitável, dada a configuração das circunstâncias militares e materiais antes dos eventos cruciais?

Os filósofos analíticos da história abordaram esse tema mais comumente com base na teoria da causalidade extraída da filosofia da ciência positivista. Essa teoria é em última instância fundada nas suposições de Hume sobre a causalidade: a causalidade não é nada além de uma conjunção constante. Assim, os filósofos analíticos foram levados ao modelo de cobertura-da-lei da explicação, porque este parecia prover uma base para estabelecer uma causalidade histórica. Como notado acima, essa abordagem da explicação causal é fatalmente equivocada nas ciências sociais, pois regularidades causais universais entre os fenômenos sociais não estão disponíveis. Assim, é necessário, ou chegar a outras interpretações da causalidade, ou abandonar a linguagem da causalidade. Uma segunda abordagem foi definir as causas em termos de um conjunto

de condições causalmente relevantes para a ocorrência do evento – por exemplo, condições necessárias e/ou suficientes, ou um conjunto de condições que aumentem ou reduzam a probabilidade de um evento. Essa abordagem encontra apoio na filosofia da “linguagem ordinária” e na análise do uso de linguagem causal em contextos como uma corte jurídica (Hart e Honoré 1959). O raciocínio contra factual é um elemento importante de descoberta de um conjunto de condições necessárias e/ou suficientes; dizer que *C* era necessário para a ocorrência de *E* exige que forneçamos argumentos segundo os quais *E* não teria ocorrido se *C* não estivesse presente (Mackie 1965, 1974). E é evidente que há circunstâncias causais nas quais nenhum fator único é necessário para a ocorrência do efeito e o resultado pode ser sobredeterminado por múltiplos fatores independentes.

A convergência de razões e causas no processo histórico ajuda nesse contexto, porque causas históricas são frequentemente o efeito de ação humana deliberada (Davidson 1963). Assim, especificar uma razão para a ação é simultaneamente identificar uma parte da causa das consequências da ação. É por vezes justificável identificar uma ação concreta como a causa de um evento particular (uma circunstância que foi suficiente nas circunstâncias existentes para fazer o resultado acontecer) e é possível fornecer uma interpretação convincente das razões que levaram o agente a executar a ação.

O que os filósofos analíticos dos anos 60 não perceberam, mas que é crucial para o entendimento atual da causalidade histórica, é a possibilidade de traçar mecanismos causais mediante uma série complexa de eventos (realismo causal). Narrativas históricas por vezes tomam a forma de um relato de uma série de eventos, cada um dos quais foi uma condição causal ou gatilho para eventos posteriores. Pesquisas subsequentes na filosofia das ciências sociais forneceu apoio substancial para explicações históricas que dependem de traçar uma série de mecanismos causais (Hedström e Swedberg 1998).

### *3.4 Tópicos recentes na filosofia da história*

A filosofia da história em língua inglesa mudou significativamente na década de 1970, começando com a publicação de *Metahistory* (1973) de Hayden White e os escritos de Louis Mink no mesmo período (1966; Mink et al. 1987). A assim chamada “virada linguística”, que marcou muitas áreas da filosofia e literatura, também influenciou a filosofia da história. Enquanto a filosofia analítica da história havia enfatizado analogias científicas para o conhecimento histórico e proposto metas de verificabilidade e generalização do conhecimento histórico, filósofos de língua inglesa nas décadas de 1970 e 1980 foram crescentemente influenciados pela filosofia hermenêutica, pós-modernismo e teoria literária francesa (Rorty 1979). Esses filósofos enfatizaram a retórica da escrita histórica, a não-redutibilidade da narrativa histórica a uma

sequência de “fatos” e o grau de construção que está envolvido na representação histórica.

Afinidades com a literatura e a antropologia eclipsaram exemplos das ciências naturais como guias para representar o conhecimento histórico e o entendimento histórico. A riqueza e textura da narrativa histórica ganharam mais atenção do que a tentativa de fornecer explicações causais para resultados históricos. Frank Ankersmit captou muitos desses temas no seu tratamento da narrativa histórica (1995; Ankersmit e Kellner 1995); ver também Berkhofer (1995).

Essa “nova” filosofia da história se distingue da filosofia analítica da história em vários aspectos importantes. Ela enfatiza a narrativa histórica em vez da causalidade histórica. Ela é intelectualmente mais próxima da tradição hermenêutica do que do positivismo que subjaz à filosofia analítica da história da década de 1960. Ela coloca as características de subjetividade e múltiplas interpretações acima daquelas de objetividade, verdade e correspondência com os fatos. Outra corrente importante nessa abordagem da filosofia da história é uma clara preferência teórica pela posição historicista ao invés da posição universalista sobre o status da natureza humana – Herder em vez de Vico. A perspectiva prevalecente argumenta que a consciência humana é ela mesma um produto histórico e que é uma parte importante do trabalho do historiador juntar a mentalidade e os pressupostos dos agentes do passado (Pompa 1990). Significativamente, historiadores contemporâneos como Robert Darnton voltaram-se para as ferramentas da etnografia para permitir esse tipo de descoberta (1984).

Outra corrente importante de pensamento dentro da filosofia analítica focou sua atenção na ontologia histórica (Hacking 2002, Little 2010). O tópico da ontologia histórica é importante tanto para filósofos como para historiadores praticantes. A ontologia tem a ver com a questão: quais tipos de coisas precisamos postular em um dado domínio? A ontologia histórica coloca essa questão com respeito às realidades do passado. Construções grandes como “revolução”, “sociedade mercado”, “fascismo” ou “identidade religiosa protestante” deveriam ser incluídas em nossa ontologia de coisas reais? Ou deveríamos tratar essas ideias de maneira puramente nominalista, tratando-as como formas convenientes de agregar padrões complexos de ação e conhecimento sociais por um número grande de agentes sociais em um tempo e lugar? Ademais, como deveríamos pensar sobre a relação entre instâncias e categorias do domínio da história, por exemplo, a relação entre a Revolução Francesa, Chinesa ou Russa e a categoria geral de “revolução”? Há tipos sociais que são recorrentes na história, ou cada formação histórica é única de formas importantes? Estas são todas questões de ontologia e as respostas que damos a elas terão consequências importantes para como nós conceituamos e explicamos o passado.



#### 4. HISTORIOGRAFIA E A FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Quando discutem questões metodológicas nas suas pesquisas, os historiadores mais comumente se referem à “historiografia” do que à “filosofia da história”. Qual é a relação entre esses corpos de pensamento sobre a escrita da história? Nós deveríamos começar perguntando a questão básica: o que é historiografia? No seu sentido mais geral, o termo se refere ao estudo dos métodos e práticas dos historiadores. Qualquer prática intelectual ou criativa é guiada por um conjunto de padrões e heurísticas sobre como proceder e “especialistas” avaliam as performances dos praticantes, baseados nos seus julgamentos de quão bem o praticante atinge os padrões. Assim, uma tarefa que sempre temos ao considerar a atividade especialista é tentar identificar esses padrões e critérios de boa conduta. Isso é verdadeiro para o teatro e a literatura, e é verdadeiro para a escrita histórica. A historiografia é pelo menos em parte o esforço de fazer esse trabalho para um corpo particular de escrita histórica. (Diversos manuais contém uma riqueza de escritos recentes em vários aspectos da historiografia; Tucker 2009, Bentley 1997, Breisach 2007).

Os historiadores normalmente fazem reivindicações da verdade e nos pedem que aceitemos essas reivindicações baseados no raciocínio que apresentam. Assim, uma grande parte do estudo da historiografia tem a ver com *definir as ideias de prova, rigor e padrões de raciocínio* para a investigação histórica. Pressupomos que os historiadores querem descobrir verdades empiricamente sustentadas sobre o passado e pressupomos que eles querem oferecer inferências e interpretações que são de alguma forma reguladas pelos padrões de racionalidade científica. (Simon Schama desafia algumas dessas ideias em *Dead Certainties* (Schama 1991).) Assim, o ou a praticante iniciante busca ganhar conhecimento das práticas dos mais velhos na profissão: o que conta como um argumento persuasivo, como acessar o corpo de provas arquivais, como oferecer ou criticar uma interpretação de eventos complexos que necessariamente exceda a prova disponível. Quem faz historiografia tem uma tarefa relacionada: ele gostaria de ser capaz de codificar os principais métodos e padrões de uma ou outra escola histórica.

Há outras considerações concernentes ao bom trabalho histórico e esses critérios podem mudar de cultura para cultura e de época para época. Discernir as metas do historiador é crucial para decidir quão bem-sucedido ele é. Assim, descobrir esses padrões estilísticos e estéticos que guiam o trabalho histórico é em si mesmo uma tarefa importante da historiografia. Isso significa que o estudante de historiografia naturalmente se interessará pelas *convenções da escrita e retórica históricas* que são características de um dado período ou escola.

Um “mapeamento” historiográfico completo de um dado historiador pode incluir questões como essas: quais são os métodos de descoberta que

ele utiliza? Quais metas retóricas e persuasivas ele busca atingir? Quais modelos de explicação? Qual paradigma de apresentação? Quais padrões de estilo e retórica? Quais pressupostos interpretativos?

Uma “escola” histórica pode ser definida como um grupo inter-relacionado de historiadores que compartilham um número significativo de suposições específicas sobre prova, explicação e narrativa. A historiografia torna-se ela mesma histórica quando reconhecemos que essas estruturas de suposições sobre o conhecimento e o raciocínio históricos mudam ao longo do tempo. Com base nessa suposição, a história do pensamento e escrita históricos é ela mesma um assunto interessante. Como os historiadores de vários períodos da história humana conduziram seus estudos e apresentação da história? Sob essa rubrica nós encontramos livros sobre a historiografia dos gregos antigos, historiografia da Renascença ou a historiografia do romantismo alemão. Os escritos de Arnaldo Momigliano sobre os historiadores da Antiguidade caem nessa categoria (Momigliano 1990). Em poucas palavras, Momigliano está olhando para as diversas tradições de escrita histórica antiga como um conjunto de práticas normativas que podem ser dissecadas e entendidas em suas especificidades e em seus contextos culturais.

Um segundo uso primário do conceito de historiografia é mais orientado para o presente e metodológico. Ele envolve o estudo e análise dos métodos históricos de pesquisa, investigação, inferência e apresentação usados por historiadores mais ou menos contemporâneos. Como historiadores contemporâneos lidam com suas tarefas de entender o passado? Aqui nós podemos refletir sobre os desafios historiográficos que confrontaram Philip Huang conforme ele investigava a economia camponesa chinesa nas décadas de 1920 e 1930 (Huang 1990) ou as questões historiográficas levantadas na narrativa de Robert Darnton sobre o Grande Massacre de Gatos (Darnton 1984). Algumas vezes, esses assuntos têm a ver com a escassez ou viés nos corpos disponíveis de relatos históricos (por exemplo, o fato de que muito do que Huang se refere sobre a economia aldeã do norte da China foi colhido por equipes de pesquisa do exército invasor japonês). Outras vezes, elas têm a ver com a dificuldade de interpretar fontes históricas (por exemplo, a necessidade incontornável com que Darnton se deparou de fornecer uma interpretação com sentido para o conjunto de eventos documentados que parecem fundamentalmente irracionais).

Uma questão importante que aparece na historiografia é a do estatuto da noção de “história global”. Uma razão importante para pensar globalmente enquanto historiador é o fato de que a disciplina de história – desde os gregos – tendeu a ser eurocêntrica em sua escolha de temas, suposições balizadoras e métodos. História econômica e política, por exemplo, comumente privilegia a revolução industrial na Inglaterra e a criação do Estado burocrático moderno na França, Grã-Bretanha e Alemanha, como exemplos de desenvolvimento “moderno” em economia

e política. Isso levou à tendência de ver o desenvolvimento de outros países como não-usuais ou atrofiados. Assim, a história global é, em parte, uma estrutura dentro da qual o historiador evita privilegiar um centro regional como primário e os outros como secundários ou periféricos. Bin Wong faz uma forte defesa desse ponto em *China Transformed* (Wong 1997).

Uma segunda razão é o fato relacionado de que, quando voltaram suas atenções para a Ásia, pensadores históricos ocidentais – por exemplo, Hegel, Malthus, Montesquieu – por vezes se engajaram em um grau elevado de estereótipos sem muito conhecimento histórico factual. As ideias de despotismo oriental, superpopulação asiática e estagnação chinesa encorajaram uma substituição caricaturesca dos processos intrincados e diversos de desenvolvimento de partes diferentes da Ásia por um conjunto unidimensional e reducionista de aparatos de pensamento simplificadores. Esse é um dos pontos da crítica de Edward Said ao orientalismo (Said 1978). Assim, fazer história “global” significa prestar rigorosa atenção às especificidades dos arranjos sociais, políticos e culturais de outras partes do mundo além da Europa.

Assim, deveria se esperar que uma historiografia que leva a sério a diversidade global seja mais agnóstica quanto aos padrões de desenvolvimento e mais aberta à descoberta de padrões surpreendentes, reviravoltas e variações nas experiências da Índia, China, Indochina, o Mundo Árabe, o Império Otomano e a África Subsaariana. Variação e complexidade são o que deveríamos esperar, não a simplicidade estereotipada. A reconstrução histórica de Clifford Geertz do “estado teatral” de Bali é um caso a se destacar – ele desnuda um complexo sistema de governança, simbolismo, valor e hierarquia que representa uma estrutura da política substancialmente diferente dos modelos derivados da emergência dos Estados burocráticos na Europa do início da Era Moderna (Geertz 1980). Uma história global precisa se liberar do eurocentrismo.

Esse afastamento da perspectiva eurocêntrica deveria também ser acompanhado de um alargamento do limite geográfico do que é historicamente interessante. Assim, a história global deve ser global e transnacional em sua seleção de tópicos – mesmo enquanto reconhece o fato de que toda pesquisa histórica é seletiva. Um historiador globalmente orientado reconhecerá que os sistemas políticos da Índia clássica são tão interessantes e complexos quanto a organização da República Romana.

Uma corrente importante subjacente a muitos trabalhos em história global é a realidade do colonialismo através dos séculos XIX e XX e a igualmente importante realidade das lutas anticoloniais e de construção nacional nas décadas de 1960 e 1970. “O mundo” era importante nas capitais da Grã-Bretanha, França, Alemanha e Bélgica no início da Era Moderna porque essas nações exerciam o mando colonial em várias partes da África, Ásia e América do Sul. Assim, havia um interesse específico em ganhar certos tipos de conhecimento sobre essas sociedades – para

poder governá-las e explorá-las melhor. E os Estados pós-coloniais tinham um interesse simétrico em apoiar a historiografia global em suas próprias universidades e sistemas de conhecimento de modo a entender melhor e a criticar melhor as relações fundantes do passado.

Uma última maneira na qual a história precisa se tornar global é incorporar as perspectivas e tradições históricas de historiadores em países não-ocidentais à corrente predominante da discussão dos grandes desenvolvimentos mundiais. Historiadores indianos e chineses têm suas próprias tradições intelectuais ao conduzir a pesquisa e explicação históricas e uma história global é uma história que presta atenção às intuições e argumentos dessas tradições. Assim, a historiografia global tem a ver com uma definição ampliada da arena da mudança histórica para incluir a Europa, Ásia, África, o Oriente Médio e as Américas; um conhecimento da complexidade e sofisticação das instituições e sistemas em muitas partes do mundo; um reconhecimento da interrelação transnacional que tem existido entre os continentes por pelo menos quatro séculos; e um reconhecimento da complexidade e distinção de diferentes tradições nacionais de historiografia.

Dominic Sachsenmaier fornece uma discussão importante e recente de algumas dessas questões (Sachsenmaier 2011). Sachsenmaier dedica boa parte da sua atenção ao último ponto mencionado aqui, o ponto das “múltiplas perspectivas globais”. Ele quer levar a sério essa ideia e tentar descobrir algumas das implicações de diferentes tradições nacionais de historiografia acadêmica. Escreve ele: “Tornar-se-á bastante claro que nas sociedades europeias a questão das tradições historiográficas tendeu a ser respondida de formas que foram profundamente diferentes da maioria das comunidades acadêmicas em outras partes do mundo” (17).

Como deveria estar claro a partir desses comentários, há um grau de sobreposição entre a historiografia e a filosofia da história no fato de que ambas estão preocupadas com identificar e avaliar os padrões de raciocínio que são usados em várias tradições históricas. Dito isso, a historiografia é em geral mais descritiva e menos avaliativa do que a filosofia da história. E ela está mais preocupada com pontos específicos da pesquisa e escrita do que a filosofia da história.

## 5. TÓPICOS A PARTIR DOS HISTORIADORES

Há outra corrente de pensamento sobre a filosofia da história que merece mais atenção dos filósofos do que recebeu até o momento. Ela é o trabalho dos historiadores filosoficamente orientados e cientistas sociais históricos tratando conceitos históricos familiares, porém precariamente entendidos: causalidade, época histórica, estrutura social, agência humana, mentalidade, dentre outros. Esses escritos representam uma abordagem de nível intermediário às questões que dizem respeito à lógica do discurso histórico. Essa abordagem deixa de lado as questões maiores – “A história possui significado?”, “Nós podemos ter conhecimento histórico do passado?” – em favor de questões que são mais intimamente

associadas com o raciocínio e discursos efetivos dos historiadores conforme eles tentam categorizar e explicar o passado.

Contribuições nesse nível podem ser referidas como “ontologia histórica de nível intermediário”. Esse aspecto da filosofia da história atual traz a disciplina em relação próxima com a filosofia das ciências especiais (biologia, sociologia, arqueologia). Historiadores filosoficamente reflexivos fazem perguntas críticas sobre os conceitos e pressupostos que por vezes são trazidos para o pensamento histórico e tentam fornecer uma explicação mais adequada desses conceitos, dados seus próprios encontros com os desafios da pesquisa histórica e da explicação histórica. William Sewell fornece um exemplo em seu tratamento do conceito de “evento histórico” e as suposições associadas que cientistas sociais fazem sobre a temporalidade de eventos históricos (2005). Andre Abbott questiona as suposições que os historiadores fazem sobre o estatuto ontológico de “coisas históricas” (por exemplo, a escola de Chicago de sociologia), argumentando que coisas históricas são inerentemente maleáveis e plásticas ao longo do tempo (1999). Charles Tilly desafia uma suposição comum de que o raciocínio causal depende da identificação de regularidades causais de fundo; em vez disso, ele defende uma abordagem do raciocínio causal que enfatiza o papel de mecanismos causais concretos (McAdam, Tarrow e Tilly 2001). E. P. Thompson fornece uma análise do conceito de “consciência de classe” que força os historiadores a evitar o erro da reificação quando consideram construções sociais tais como consciência ou movimentos políticos (1966). Simon Schama questiona o conceito de uma narrativa histórica objetiva que serve para capturar o estado de coisas verdadeiro mesmo de ocorrências históricas razoavelmente simples (1991). Charles Sabel lança dúvida sobre a ideia de padrões fixos de desenvolvimento histórico, argumentando que existiram caminhos alternativos disponíveis mesmo dentro do caso clássico de desenvolvimento econômico da Europa ocidental (Sabel e Zeitlin 1997). Marshall Sahlins ressalta o papel essencial que a interpretação da cultura deveria ter em nossa habilidade de ler história – seja da Guerra do Peloponeso ou a Guerra Polinésia, e lança uma nova e importante luz sobre a questão do “sujeito histórico” ou do agente da história (2004). E o crítico literário e defensor do “novo historicismo” em estudos literários, Stephen Greenblatt, demonstra que intuições históricas que podem resultar de uma leitura literária atenta de alguns dos principais documentos da história – por exemplo, os diários de Christopher Columbus (Greenblatt 1991). Como esses exemplos ilustram, há amplo espaço para intercâmbios produtivos entre filósofos com um interesse na natureza da história e os historiadores e cientistas sociais que refletiram profundamente sobre as complexidades dos conceitos e suposições que usamos na análise histórica.

## 6. REPENSANDO A FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Pode ser útil terminar com um esboço de uma possível moldura para

uma filosofia da história atualizada. Qualquer área da filosofia é dirigida por poucos enigmas centrais. Na área da filosofia da história, as questões mais fundamentais permanecem não resolvidas: (1) qual é a natureza da realidade das estruturas e entidades históricas (Estados, impérios, movimentos religiosos, classes sociais)? Nós podemos fornecer uma concepção das entidades históricas e sociais que evita o erro da reificação mas dá alguma realidade crível para as entidades que são postuladas? (2) Qual é a natureza da influência causal entre eventos ou estruturas históricas que subscreve as explicações históricas? A causalidade histórica não é análoga à necessidade natural no domínio da causalidade física, porque não há leis fixas que governam eventos históricos. Assim, precisamos dar uma explicação da natureza dos poderes causais que se postula terem os fatores históricos. (3) Qual papel a interpretação da “experiência vivida” de agentes do passado possui para o entendimento histórico e como o historiador chega a afirmações justificadas sobre essa experiência vivida? É possível chegar a interpretações justificadas de agentes mortos há muito tempo, suas mentalidades e suas ações? Como essa realidade fenomenológica atua sobre a explicação da causalidade histórica? (4) Nós conseguimos dar uma estimativa da confiança geral que podemos ter de afirmações sobre o passado, sobre as características das instituições, estruturas e agentes do passado e sobre as relações explicativas entre eles? Ou todo o conhecimento histórico continua permanentemente questionável?

Uma nova filosofia da história lançará luz sobre esses temas fundamentais. Ela se engajará com as correntes hermenêuticas e narrativas que têm sido importantes para a tradição continental e que ascenderam nos anos recentes na filosofia Anglo-Americana. Ela incorporará a ênfase epistêmica rigorosa que está associada com a filosofia analítica da história, mas irá se separar das suposições restritivas do positivismo. Uma nova filosofia da história se agarrará com as questões de explicação social que têm sido tão importantes para a atual geração de historiadores cientistas sociais e incorporará os melhores entendimentos contemporâneos da filosofia das ciências sociais sobre a ontologia e explicação sociais.

Podem-se oferecer muitas suposições ontológicas. A história consiste de ações humanas dentro de instituições e estruturas humanamente corporificadas. Não há agência super-humana na história. Não há nenhum significado sobre-humano ou progresso na história, há apenas uma série de eventos e processos dirigidos por processos causais concretos e ações individuais. Seguindo Davidson (1963) e Taylor (1985), não há inconsistência entre razões e causas, entendimento e explicação. A explicação histórica depende do raciocínio e interpretação causal-estrutural de ações e intenções e, portanto é tanto causal como hermenêutica. Não há leis causais ou generalizações universais nos assuntos humanos. Entretanto, há alguma coisa como a causalidade social, procedendo através das operações da agência humana e das

restrições de instituições e estruturas. Uma meta historiográfica legítima é identificar mecanismos causais dentro de processos históricos e esses mecanismos invariavelmente dependem das ações dos agentes históricos situados dentro de relações sociais concretas.

Similarmente, pode-se descrever uma epistemologia básica do conhecimento histórico. O conhecimento histórico depende de procedimentos costumeiros de investigação empírica e a justificação de afirmações históricas depende de fornecer demonstrações convincentes das provas empíricas que existem para sustentar ou invalidar a afirmação. Há alguma coisa como a objetividade histórica, no sentido de que historiadores são capazes de se engajar em interrogações de boa-fé sobre as provas ao construírem suas teorias do passado. Mas isso não deveria ser entendido como implicando que existe uma interpretação unicamente verdadeira dos processos e eventos históricos. Em vez disso, há um sentido perfeitamente comum no qual interpretações históricas são subdeterminadas pelos fatos e há múltiplas questões históricas a serem colocadas sobre o mesmo corpo de provas. Narrativas históricas têm um substancial componente interpretativo e envolvem substancial construção do passado.

Finalmente, uma nova filosofia da história será sensível à variedade de formas de apresentação do conhecimento histórico. A disciplina da história consiste em muitos tópicos, incluindo a explicação causal, descrição material e interpretação narrativa da ação humana. A própria narrativa histórica possui vários aspectos: uma história hermenêutica que confere sentido a um conjunto complicado de ações de diferentes agentes, mas também uma história causal expressando um conjunto de mecanismos causais que se juntaram para fazer um resultado acontecer. Mas, ainda mais importante, nem todo conhecimento histórico é expressado em narrativas. Na verdade, há uma gama de estruturas cognitivas por meio das quais o conhecimento histórico é expressado, da mensuração detalhada de padrões de vida históricos a argumentos causais sobre mudança populacional e a relatos históricos comparativos de processos similares em diferentes configurações históricas. Uma nova filosofia da história tomará a medida da escrita histórica síncrona; uma escrita histórica que veicule um conjunto cambiante de circunstâncias ou estruturas econômicas; uma escrita que observe as características mutáveis de um conjunto de instituições; uma escrita que registre e analise um conjunto em mudança de crenças e atitudes em uma população; e muitas outras variedades. Estes são componentes importantes da estrutura do conhecimento histórico, não simplesmente aspectos da retórica da escrita histórica.

## BIBLIOGRAFIA

- Abbott, Andrew Delano, 1999. *Department & discipline: Chicago sociology at one hundred*, Chicago, IL: University of Chicago Press.  
Anderson, Benedict R. O'G., 1983. *Imagined communities: reflections on*

- the origin and spread of nationalism*, London: Verso.
- Ankersmit, F. R., 1995. *Language and historical experience*, Bielefeld: ZiF.
- Ankersmit, F. R., and Hans Kellner (eds.), 1995. *A new philosophy of history*, Chicago: University of Chicago Press.
- Avineri, Shlomo, 1972. *Hegel's theory of the modern state* (Cambridge studies in the history and theory of politics), London: Cambridge University Press.
- Bentley, Michael (ed.), 1997. *Companion to historiography*, London; New York: Routledge.
- Berkhofer, Robert F., 1995. *Beyond the great story: history as text and discourse*, Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press.
- Berlin, Isaiah, 2000. *Three critics of the Enlightenment: Vico, Hamann, Herder*, H. Hardy (ed.), Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Bouton, Christophe, 2016. "The Critical Theory of History: Rethinking the Philosophy of History in the Light of Koselleck's Work". *History and Theory* 55(2): 163-184.
- Breisach, Ernst (ed.), 2007. *Historiography: ancient, medieval, and modern*, 3rd ed., Chicago: University of Chicago Press.
- Brunner, Otto, Werner Conze, and Reinhart Koselleck (eds.), 1972–97. *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, 8 volumes, Stuttgart: Klett.
- Collingwood, R. G., 1946. *The idea of history*, Oxford, Clarendon Press.
- Condorcet, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, 1795. *Sketch for a historical picture of the progress of the human mind*, Westport, CT: Greenwood Press, 1979.
- Cronon, William, 1991. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*, New York: W. W. Norton.
- Danto, Arthur Coleman, 1965. *Analytical philosophy of history*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Darnton, Robert, 1984. *The great cat massacre and other episodes in French cultural history*, New York: Basic Books.
- Davidson, Donald, 1963. "Actions, Reasons, and Causes". *Journal of Philosophy*, 60 (23): 685–700.
- Dawson, Christopher, 1929. *Progress and religion, an historical enquiry*, New York: Sheed and Ward.
- De Vries, Bert, and Johan Goudsblom, 2002. *Mappae mundi: humans and their habitats in a long-term socio-ecological perspective: myths, maps and models*, Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Diamond, Jared M., 1997. *Guns, germs, and steel: the fates of human societies*, 1st edition, New York: W.W. Norton.
- Dilthey, Wilhelm, 1883. *Introduction to the human sciences*, R. A. Makkreel and F. Rodi (eds.), Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989.
- Dilthey, Wilhelm, 1860–1903. *Hermeneutics and the study of history*, R.



- A. Makkreel and F. Rodi (eds.), Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.
- Dilthey, Wilhelm, 1910. *The formation of the historical world in the human sciences*, R. A. Makkreel, F. Rodi and W. Dilthey (eds.), Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.
- Donagan, Alan. 1966. “The Popper-Hempel Theory Reconsidered”, in *Philosophical Analysis and History*, W. H. Dray (ed.), New York: Harper & Row, pp. 127–159.
- Dray, William, 1957. *Laws and explanation in history*, London: Oxford University Press.
- Dray, William, 1964. *Philosophy of history*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Dray, William (ed.), 1966. *Philosophical analysis and history* (Sources in contemporary philosophy), New York: Harper & Row.
- Elster, Jon, 1989. *Nuts and Bolts For the Social Sciences*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Foucault, Michel, 1971. *The order of things: an archaeology of the human sciences*, 1st American edition, *World of man*, New York: Pantheon Books.
- Gardiner, Patrick L., 1952. *The nature of historical explanation*, London: Oxford University Press.
- Gardiner, Patrick L. (ed.), 1974. *The philosophy of history* (Oxford readings in philosophy), London, New York: Oxford University Press.
- Geertz, Clifford, 1980. *Negara: The Theatre State in Nineteenth-Century Bali*, Princeton: Princeton University Press.
- Greenblatt, Stephen, 1991. *Marvelous possessions: the wonder of the New World*, Chicago: University of Chicago Press.
- Hacking, Ian, 1999. *The Social Construction of What?*, Cambridge: Harvard University Press.
- Hacking, Ian. 2002. *Historical ontology*, Cambridge, MA, London: Harvard University Press.
- Hart, H. L. A., and Tony Honoré, 1959. *Causation in the law*, Oxford: Clarendon Press.
- Hedström, Peter, and Richard Swedberg (eds.), 1998. *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*, *Studies in rationality and social change*, Cambridge, New York: Cambridge University Press.
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 1824a. *Reason in history, a general introduction to the philosophy of history*, New York: Liberal Arts Press, 1953.
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 1824b. *The philosophy of history*, New York: Dover Publications, 1956.
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 1821. *The Philosophy of Right*, T. M. Knox (ed.), London, New York,: Oxford University Press, 1967.
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 1857. *Lectures on the Philosophy of World History*, translated by H. B. Nisbet, Cambridge: Cambridge

- University Press, 1975.
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 1807. *Phenomenology of spirit*, translated by A. V. Miller, edited by J. N. Findlay, Oxford: Clarendon Press, 1977.
- Herder, Johann Gottfried, 1791. *Reflections on the philosophy of the history of mankind*, F. E. Manuel (ed.), *Classic European historians*, Chicago: University of Chicago Press, 1968.
- Herder, Johann Gottfried, 1800–1877. *On world history: an anthology*, H. Adler and E. A. Menze (eds.), *Sources and studies in world history*, Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1996.
- Hinton, William, 1966. *Fanshen: A Documentary of Revolution in a Chinese Village*, New York: Vintage Books.
- Huang, Philip C., 1990. *The Peasant Family and Rural Development in the Yangzi Delta, 1350-1988*, Stanford: Stanford University Press.
- Hume, David, 1754–1762. *The History of England*, W. B. Todd (ed.), 6 volumes, Indianapolis: Liberty Classics, 1983.
- Kammen, Michael G., 1991. *Mystic chords of memory: the transformation of tradition in American culture*, 1st edition, New York: Knopf.
- Kant, Immanuel, 1784–6. *On history*, L. W. Beck (ed.), Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1963.
- Kant, Immanuel, 1784–5. *Foundations of the metaphysics of morals and, What is enlightenment*, 2nd revised edition, *The Library of liberal arts*, New York: Macmillan, 1990.
- Kojève, Alexandre, 1969. *Introduction to the reading of Hegel*, R. Queneau (ed.), New York: Basic Books.
- Koselleck, Reinhart, 1988 [1959]. *Critique And Crisis: Enlightenment and the Parthogenesis of Modern Society*, Oxford: Berg.
- Koselleck, Reinhart, 2002. *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*, Stanford: Stanford University Press.
- Koselleck, Reinhart, 2004. *Futures and Past: On the Semantics of Historical Time*, New York: Columbia University Press.
- LaCapra, Dominick, 1994. *Representing the Holocaust: history, theory, trauma*, Ithaca: Cornell University Press.
- LaCapra, Dominick, 1998. *History and memory after Auschwitz*, Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Lattimore, Owen, 1932. *Manchuria: Cradle of Conflict*, New York: Macmillan.
- Leibniz, Gottfried Wilhelm, 1709. *Theodicy: essays on the goodness of God, the freedom of man, and the origin of evil*, A. M. Farrer (ed.), La Salle, IL: Open Court, 1985.
- Le Roy Ladurie, Emmanuel, 1979. *Montaillou, the Promised Land of Error: The Promised Land of Error*, New York: Vintage.
- Little, Daniel, 2010. *New Contributions to the Philosophy of History*, Dordrecht: Springer Science.
- Livi-Bacci, Massimo, 2007. *A Concise History of World Population*, 4th

- edition, Malden, MA: Blackwell.
- Mackie, J. L., 1965. Causes and Conditions. *American Philosophical Quarterly*, 2: 245–264.
- Mackie, J. L., 1974. *The cement of the universe; a study of causation*, Oxford: Clarendon Press.
- Mandelbaum, Maurice, 1971. *History, man, & reason; a study in nineteenth-century thought*, Baltimore: Johns Hopkins Press.
- Mann, Michael, 1986. *The Sources of Social Power. A history of power from the beginning to A.D. 1760*, Volume 1, Cambridge: Cambridge University Press.
- Maritain, Jacques, 1957. *On the philosophy of history*, New York: Scribner.
- Marx, Karl, 1852. *The eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, New York: Mondial, 2005.
- Marx, Karl, and Frederick Engels, 1848. *The Communist Manifesto*, in *The Revolutions of 1848: Political Writings* (Volume 1), D. Fernbach (ed.), New York: Penguin Classics, 1974.
- Marx, Karl, and Friedrich Engels, 1845–49. *The German ideology*, 3rd revised edition. Moscow: Progress Publishers, 1970.
- McAdam, Doug, Sidney G. Tarrow, and Charles Tilly, 2001. *Dynamics of contention, Cambridge studies in contentious politics*, New York: Cambridge University Press.
- McNeill, William, 1976. *Plagues and Peoples*, Garden City: Doubleday.
- Mink, Louis O., 1966. “The autonomy of historical understanding”. *History and Theory*, 5 (1): 24–47.
- Mink, Louis O., Brian Fay, Eugene O. Golob, and Richard T. Vann (eds.), 1987. *Historical understanding*, Ithaca: Cornell University Press.
- Momigliano, Arnaldo, 1990. *The Classical Foundations of Modern Historiography* (Sather Classical Lectures), Berkeley: University of California Press.
- Montesquieu, Charles de Secondat, 1748. *The spirit of the laws*, A. M. Cohler, B. C. Miller and H. Stone (eds.), *Cambridge texts in the history of political thought*, Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1989.
- Nagel, Ernest, 1961. *The structure of science; problems in the logic of scientific explanation*, New York: Harcourt Brace & World.
- O'Brien, Dennis, 1975. *Hegel on reason and history: a contemporary interpretation*, Chicago: University of Chicago Press.
- O'Brien, P. K., and C. Keyder, 1978. *Economic Growth in Britain and France, 1780–1914*, London: Allen and Unwin.
- Olson, Niklas, 2012. *History in the Plural: An Introduction to the Work of Reinhart Koselleck*, New York: Berghahn Books.
- Outhwaite, William, 1975. *Understanding Social Life: The Method Called Verstehen*, London: George Allen & Unwin.
- Pankakoski, Timo, 2010. “Conflict, Context, Concreteness: Koselleck and Schmitt on Concepts”. *Political Theory* 38(6): 749-779.


- Passmore, J. A., 1966. “The Objectivity of History”. In *Philosophical Analysis and History*, W. H. Dray (ed.), New York: Harper & Row.
- Pompa, Leon, 1990. *Human nature and historical knowledge: Hume, Hegel, and Vico*, Cambridge, New York: Cambridge University Press.
- Ranke, Leopold von, 1881. *The theory and practice of history*, W. Humboldt (ed.), *The European historiography series*, Indianapolis, IN: Bobbs-Merrill, 1973.
- Ricoeur, Paul, 2000. *Memory, history, forgetting*, translated by Kathleen Blamey and David Pellauer, Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- Rorty, Richard, 1979. *Philosophy and the mirror of nature*, Princeton: Princeton University Press.
- Rousseau, Jean Jacques, 1762a. *On the social contract ; Discourse on the origin of inequality ; Discourse on political economy*, Indianapolis: Hackett Pub. Co, 1983.
- Rousseau, Jean-Jacques, 1762b. *Emile, or, Treatise on education*, Amherst, NY: Prometheus Books, 2003.
- Rowe, William T., 2007. “Owen Lattimore, Asia, and Comparative History”. *Journal of Asian Studies*, 66 (3): 759–786.
- Rust, Eric Charles, 1947. *The Christian understanding of history*, London: Lutterworth Press.
- Sabel, Charles F., and Jonathan Zeitlin, 1997. *Worlds of possibility: flexibility and mass production in western industrialization* (Studies in modern capitalism = Etudes sur le capitalisme moderne), Cambridge, New York: Maison des sciences de l’homme ; Cambridge University Press.
- Sachsenmaier, Dominic, 2011. *Global Perspectives on Global History: Theories and Approaches in a Connected World*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Sahlins, Marshall David, 2004. *Apologies to Thucydides: understanding history as culture and vice versa*, Chicago: University of Chicago Press.
- Said, Edward W., 1978. *Orientalism*, New York: Random House.
- Schama, Simon, 1991. *Dead certainties: unwarranted speculations*, 1st edition, New York: Knopf.
- Schleiermacher, Friedrich, 1838. *Hermeneutics and criticism and other writings*, A. Bowie (ed.), *Cambridge texts in the history of philosophy*, Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1998.
- Scriven, Michael, 1962. “Explanations, Predictions, and Laws”, in *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, Volume 3, H. Feigl and G. Maxwell (eds.), Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Sewell, William Hamilton, 2005. *Logics of history: social theory and social transformation* (Chicago studies in practices of meaning), Chicago: University of Chicago Press.
- Sherratt, Yvonne, 2006. *Continental philosophy of social science: hermeneutics, genealogy, critical theory*, Cambridge, New York:


- Cambridge University Press.
- Skinner, G. William, 1977. “Regional Urbanization in Nineteenth-Century China”, in *In The City in Late Imperial China*, G. W. Skinner (ed.), Stanford: Stanford University Press.
- Smith, Adam, 1776. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*, R. H. Campbell and A. S. Skinner (eds.), *Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith*, Oxford: Clarendon Press, 1976.
- Spengler, Oswald, and Charles Francis Atkinson, 1934. *The decline of the west*, New York: A.A. Knopf.
- Taylor, Charles, 1975. *Hegel*, Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- Taylor, Charles, 1985. “Interpretation and the Sciences of Man”, in *Philosophy and the Human Sciences: Philosophical Papers 2*, C. Taylor (ed.), Cambridge: Cambridge University Press.
- Thompson, E. P., 1966. *The making of the English working class* (Vintage books, V-322), New York: Vintage Books.
- Toynbee, Arnold Joseph, 1934. *A study of history*, London: Oxford University Press.
- Tucker, Aviezer (ed.), 2009. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*, Chichester, U.K., Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Vico, Giambattista, 1725. *The first new science*, L. Pompa (ed.), *Cambridge texts in the history of political thought*, Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2002.
- Waldron, Arthur, 1990. *The Great Wall of China: from history to myth* (Cambridge studies in Chinese history, literature, and institutions), Cambridge, New York: Cambridge University Press.
- Walsh, William Henry, 1960 [1951]. *Philosophy of history: An introduction* New York: Harper.
- Whatmore, Richard and Brian Young (eds.), 2015. *A companion to intellectual history*, New York: Wiley Blackwell.
- White, Hayden V., 1973. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Wittfogel, Karl, 1935. “The Stages of Development in Chinese Economic and Social History”, in *The Asiatic Mode of Production: Science and Politics*, A. M. Bailey and J. R. Llobera (ed.), London: Routledge and Kegan Paul, 113–40, 1981.
- Wong, R. Bin, 1997. *China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience*, Ithaca, New York: Cornell University Press.

## FERRAMENTAS ACADÊMICAS (EM INGLÊS)

 [Como citar este verbete.](#)

 [Visualize a versão PDF deste verbete](#) na [Friends of the SEP Society](#).

 [Veja o tópico deste verbete](#) na [Indiana Philosophy Ontology Project](#) (InPhO).

 [Bibliografia aprimorada para este verbete](#) em [PhilPapers](#), com links para a sua base de dados.

## OUTROS RECURSOS NA INTERNET (EM INGLÊS)

[History and Theory](#), em [historyandtheory.org](#).

[UnderstandingSociety](#), mantido por Daniel Little (University of Michigan-Dearborn).

## VERBETES RELACIONADOS (EM INGLÊS)

[Berlin, Isaiah](#) | [Dilthey, Wilhelm](#) | [Hegel, Georg Wilhelm Friedrich](#) | [Hempel, Carl](#) | [Herder, Johann Gottfried von](#) | [hermeneutics](#) | [historiography](#) | [Ricoeur, Paul](#) | [Vico, Giambattista](#)

## AGRADECIMENTOS ORIGINAIS DO AUTOR

Daniel Little agradece a Christopher Bouton pelo importante retorno na seção 2.5.